

E quando é morto o imperador?

Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891)

And when the Emperor is dead?

Memory battles at the funerals of Dom Pedro II (1891)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os debates e as manifestações ocorridas durante as cerimônias fúnebres de D. Pedro II, em dezembro de 1891. Um momento marcado por intensas disputas memoriais, cujo cerne envolvia o lugar que esse personagem, símbolo da Monarquia, iria ocupar no passado, que a República brasileira construía. Apesar de os funerais de D. Pedro II terem ocorrido em Paris e Lisboa, o ritual fúnebre foi acompanhado no Brasil, por meio da imprensa, que tratou também de divulgar as inúmeras missas e manifestações aqui realizadas, publicando extensos necrológios sobre o imperador. Como um espaço de luta simbólica, marcado por diferentes interesses e interpretações, a imprensa consistiu em um dos importantes atores envolvidos nesse momento.

Palavras-chave: Rituais fúnebres – Memória – Símbolos de poder – Necrológios – Usos do passado

ABSTRACT

This article aims to analyze the debates and manifestations that took place during the funeral ceremonies of D. Pedro II in December 1891. It was a moment marked by intense memorial disputes, the essence of which enveloped the place which that character, symbol of the Monarchy, would occupy in the past that the Brazilian Republic was then building. Although the funerals of Pedro II occurred in Paris and Lisbon, all funeral rites were followed by Brazilian society through the press, which also published the several masses and events held here, and long obituaries on the emperor. As a space for symbolic struggle, marked by different interests and interpretations, the press will be one of the actors involved in this privileged moment of battles and negotiations relating to the memorial buildings.

Keywords: Funeral Rites – Memory – Symbols of power – Necrologies – Uses of the pass

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bolsista de pós-doutorado júnior, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), sob orientação do pesquisador Marcos Veneu.

*“os mortos tanto dividem quanto unem, e carregam ao seu redor um passado ainda doloroso, assim como conflituoso”.*¹

(Fureix, 2009, p.13)

A ausência de representantes da república brasileira nos funerais de D. Pedro II, realizados em Paris e Lisboa, em dezembro de 1891, marcou um momento singular de posicionamento do regime, frente ao passado monárquico. À jovem república, ainda instável política e economicamente, homenagear esse morto significava correr o risco de propiciar conflitos no país. Afinal, tratava-se do último imperador brasileiro, cujo banimento e exílio, transformados em verdadeira paixão, auxiliaram na construção de um caráter santo em torno de sua identidade. De acordo com a epígrafe acima, retirada de Fureix (2009, p. 13) para pensar esse momento, é possível perceber que o morto D. Pedro de Alcântara mais dividia do que unia. A República ainda não estava pronta para dialogar com o passado que ele representava, e buscava então realizar justamente o oposto, uma ruptura, do qual o próprio ato de exílio e banimento da família imperial constituem exemplos. Depositados em São Vicente de Fora, no Panteão dos Bragança em Lisboa, os restos mortais do imperador lá permaneceriam até o início da década de 1920, quando enfim ocorreu o traslado para o Brasil.²

A ausência do corpo do imperador forneceu à consciência e à expressão do luto uma configuração singular. Não apenas a imprensa assumiu um papel de destaque, por ser responsável por narrar os rituais fúnebres realizados na Europa, como também, esse “luto à distância” (Fureix, 2009, p. 404) ofereceu um laboratório privilegiado para o florescimento de uma gama de usos políticos desse morto excepcional. O exercício de inscrever D. Pedro morto em uma narrativa memorial e histórica³ inicia-se nesse momento e adquire diferentes configurações até 1921. Este artigo apresenta as batalhas e negociações memoriais, realizadas no âmbito dessa experiência fúnebre particular.

Como ator político privilegiado, apresentamos algumas considerações sobre os principais jornais pesquisados. O decênio final do Império foi marcado por uma intensa atividade política e cultural, com o movimento abolicionista e a propaganda republicana, incentivando a renovação e ampliação da imprensa brasileira. Um bom exemplo é o periódico *Gazeta de Notícias*, de Ferreira Araújo, fundado em 1874, no Rio de Janeiro, que trouxe a literatura e os literatos para suas folhas. Era um jornal barato e, a princípio, independente, sem filiação a qualquer partido ou grupo político.

Todavia, uma das características mais marcantes da imprensa nesse período “foi a combatividade crítica e o acentuado interesse pelas questões políticas doutrinárias” (Mello, 2007,

1 “les morts divisent autant qu'ils unissent, et charrient autour d'eux un passé encore douloureux, autant qu'un présent conflictuel”. Tradução nossa.

2 Após a revogação do banimento da família imperial em 3 de setembro de 1920, começaram os preparativos para o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e da imperatriz Thereza Christina, que chegaram ao Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1921, sendo alocados na Catedral do Rio de Janeiro. Somente em 1925, ocorreu o traslado para a Catedral de Petrópolis (Fagundes, 2012).

3 As diferenças entre essas narrativas residem nas complexas definições dos conceitos de história e memória. Considerando os limites e objetivos desse artigo, utilizaremos as definições dos historiadores franceses Pierre Nora e Jaques Le Goff, que definem, respectivamente, a história como uma operação intelectual e laicizante, na qual se aplica a análise e o discurso crítico; e a memória, como um nível “elementar” de elaboração histórica (Nora, 1997; Le Goff, 2003).



p. 76). Na linha dos jornais mais combativos estava o *Diário de Notícias*, especialmente a partir de 1889, quando Rui Barbosa assumiu sua direção e iniciou forte campanha contra o governo imperial. Outro jornal crítico da política imperial e de clara inclinação republicana era *O Paiz*. Porém, segundo Tereza Mello (2007), seu redator-chefe, o republicano Quintino Bocaiúva, fazia questão de declarar a neutralidade do mesmo, publicando colunas dirigidas tanto por monarquistas quanto por abolicionistas, como Joaquim Nabuco, e de republicanos como Aristides Lobo.⁴ Após a proclamação da República, o jornal se afirmou, na tarefa de consolidação do novo regime. Especialmente na comemoração do aniversário de 1º ano do regime republicano, em 1890, deixava transparecer sua filiação ao republicanismo histórico, em sua vertente civil e liberal (Siqueira, 1994, p. 12). Tal afirmação de sua inclinação política republicana posicionaria o jornal como da situação, o que evitaria que sofresse algum tipo de depredação de patrimônio, como a que atingiu *A Tribuna*, órgão de oposição ao Governo Provisório e porta-voz dos interesses monarquistas.⁵ Quando da agressão para com *A Tribuna*, encontrava-se em processo de organização o *Jornal do Brasil*, que começaria a circular em abril de 1891, como iniciativa também de simpatizantes da monarquia; dentre eles, Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco (De Luca, 2008, p. 159).

Se tais jornais não representam a totalidade da imprensa carioca, são alguns dos órgãos de maior tiragem e circulação da época. Ao lado deles, também se destaca o *Jornal do Commercio*, o mais antigo em circulação na cidade. Esse é um conjunto significativo para nosso propósito, de analisar os periódicos como instrumentos de determinados atores (republicanos, monarquistas, positivistas...), para acompanhar o processo de construções memoriais sobre D. Pedro e a Monarquia. Enfim, será a partir da imprensa – um espaço privilegiado de luta simbólica, porém não o único⁶ – que diferentes interesses e interpretações se apresentam, nesse momento, dramático e estratégico politicamente (De Luca, 2008, p. 152).

No exame do que foi então escrito, destaca-se a experiência do exílio do imperador. O comportamento de D. Pedro seria caracterizado como resignado e silencioso, sem comentários públicos sobre os acontecimentos no Brasil e, especialmente, sobre os que deram origem a seu exílio. Em geral, as notícias sobre seu exílio eram esparsas, versando sobre seu estado de saúde. Suas andanças pela Europa⁷ também eram reportadas, com destaque para alguns eventos marcantes, como a morte da Imperatriz⁸ ou a publicação de sua *Fé de Ofício*⁹, texto no qual reflete sobre sua atuação como estadista e responde às críticas a seu reinado. Em suma, a *Fé de Ofício* era uma ode às suas qualidades de estudioso e dedicação à administração pública.

Entretanto, o texto mais polêmico publicado em seu exílio, foi, sem dúvida, a entrevista concedida ao jornal *Le Figaro*, na qual criticou os eventos que marcaram o 15 de novembro

4 A coluna dirigida por Joaquim Nabuco chamava-se “Campo Neutro”, enquanto que a dirigida por Aristides Lobo se chamava “Boletim Republicano” (Mello, 2007, p. 77).

5 Em 29 de novembro de 1890, a sede do jornal foi invadida e depredada por militares descontentes com o tom das críticas, registrando-se a morte do revisor da folha, que deixou de circular pouco depois. (De Luca, 2008)

6 Deve-se ressaltar também a atuação do IHGB nesse momento, exemplo disso foi a organização por parte do primeiro secretário da instituição, Henrique Raffard, do livro intitulado *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à memória de Sua Majestade o senhor D. Pedro II*, e que compunha uma grande compilação do que foi publicado, tanto na imprensa nacional, como internacional, acerca de Pedro II e sua morte.

7 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro (BN/RJ). *Jornal do Commercio*, 14 de março de 1890; *O Paiz*, 2 de abril de 1890. Todos os artigos aqui citados estão disponíveis em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. O acesso foi feito entre os anos de 2012 e 2016.

8 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1891; *O Paiz*, 29 de dezembro de 1889. Fundação Biblioteca Nacional/RJ.

9 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 29 de maio de 1891; *Diário de Notícias*, 29 de maio de 1891; *O Paiz*, 29 de maio de 1891.

de 1889, emitindo opiniões sobre a situação política brasileira, então extremamente delicada.¹⁰ Por fim, declarou estar à disposição do povo brasileiro para voltar, caso o chamassem de volta.¹¹ Mais do que palavras, a declaração publicada no jornal francês era um audacioso gesto político, a partir da evidência de que ele se mantinha informado e atento ao que acontecia em seu antigo império. Mesmo velho e doente, declarava sua disposição de retornar ao trono. Seu desejo sinalizava aos republicanos sua relevância e periculosidade como ator político, apesar de encontrar-se do outro lado do Atlântico.

Por fim, o exame dos movimentos de D. Pedro indica ruptura com a imagem de que o imperador não teria dado declarações sobre o Brasil, enquanto estava no exílio, nem manifestado publicamente suas intenções de retornar. Uma face do imperador – político, atento e disposto a retomar seu reino – que seria devidamente obscurecida, em prol de outra, heroica e martirizada, mais adequada à construção memorial do “Grande Morto”, e fora do âmbito “oficial”, pois o governo republicano absteve-se de qualquer homenagem à memória do imperador, como será abordado a seguir.

Os funerais na Europa: das ruas de Paris às abóbodas de São Vicente de Fora

No início de novembro de 1891, D. Pedro de Alcântara se encontrava em Paris, instalado no Hotel Bedford, próximo à Praça da Concórdia e da Igreja da Madeleine. No dia 23 foi a uma sessão na Academia de Ciências e, no dia seguinte, fez um longo passeio por Paris, em carro aberto. A tosse começaria nesse dia, evoluindo para uma grave pneumonia (Calmon, 1975, p. 1887). Passou seu aniversário de 66 anos de cama, sem comemorações; apenas com a celebração de missa no quarto do hotel e recepção dos que o visitaram.¹² Faleceu nas primeiras horas do dia 5 de dezembro de 1891.

Seu corpo foi embalsamado e vestido com uniforme de marechal, em suas mãos foi colocado um crucifixo de prata abençoado pelo Papa. Como ornamentos, o colar da Ordem da Rosa, a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, a placa da Legião de Honra e o colar de Santiago, de Portugal.¹³ Tal imagem do corpo do imperador (ver Figura I) seria registrada e conhecida pelo desenho de Madame Jacqueline-André e pela fotografia de Paul Nadar (Calmon, 1975, p. 1893). Pela manhã, foi rezada missa no aposento do imperador, aos poucos transformado em pequena capela mortuária, com suas paredes forradas de veludo preto e estrelas de prata. No leito onde faleceu, foi erigido um altar e, de frente a ele, foram colocados quatro grandes

10 Faço referência ao fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Deodoro da Fonseca, sua tentativa de implantar uma ditadura, e a reação de Custódio de Melo. A tudo isso, seguiu-se a renúncia em 23 de novembro de 1891 (Flores, 2003, p. 56-58).

11 *Le Figaro*, 7 de novembro de 1891, *apud* Calmon (1975, p. 1878-1880).

12 O imperador fazia aniversário no dia 2 de dezembro (Calmon, 1975, p. 1889-1890).

13 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 8 de dezembro 1891. A descrição dos funerais foi baseada nos telegramas da Agência Havas de notícias, publicados nos periódicos cariocas, especialmente, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*. A Agência Havas, fundada em 1835, pelo francês Charles-Louis Havas, foi a primeira agência mundial de notícias, contando com correspondentes próprios na França e nas principais capitais europeias (Molina, 2015, p. 36). A instalação da “telegrafia transatlântica”, através de um cabo submarino, a partir de 1866, permitiu a comunicação entre América e Europa (Maciel, 2001, p. 132), e os primeiros telegramas da Agência Havas foram publicados pelos jornais brasileiros em meados da década de 1870. Estabeleceu-se a partir de então, segundo Molina, “um monopólio virtual da informação internacional no Brasil e na América Latina” por parte da Havas, ou seja, durante esse período, “O Brasil via o mundo através de olhos franceses, e o mundo enxergava o Brasil por meio desses mesmos olhos” (Molina, 2015, p. 305).



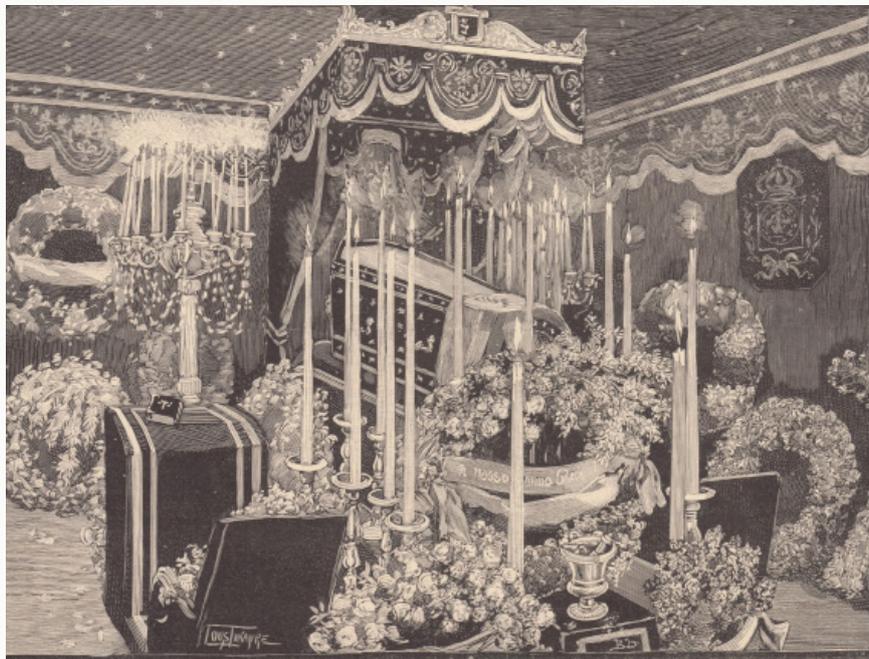
lampadários de prata, com tochas acesas (ver Figura II).

Figura I: O corpo morto do Imperador D. Pedro II



FONTE: Biblioteca Nacional da França (BNF/Paris).¹⁴

Figura II: A capela mortuária de D. Pedro II



Fonte: BNF/ Paris.¹⁵

14 Biblioteca Nacional da França (BNF/Paris). *Revue Illustrée*. Ano 7. Vol. XIII. n.145, 15 de dezembro de 1891, p. 21. Legenda: "O Imperador do Brasil. Fotografia Nadar". Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em: 18/05/2016.

15 BNF/ Paris. *Le Monde Illustré*, Ano. 35, n. 1811, 12 de dezembro de 1891, p.380. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em: 18/05/2016.¹⁵

A edição do dia 5 dos jornais franceses noticiava o passamento. Nas imediações do Hotel Bedford, filas começaram a se formar, por pessoas desejosas de inscrever seus nomes nos registros de visitantes, para ver o grande morto, pois a princesa Isabel franqueou o acesso à capela mortuária. O funeral tornava-se, então, um evento público e espetacular.

Uma das primeiras autoridades a se apresentar à princesa foi o conde d'Ormersson, que vinha informar o desejo de se associar aos funerais, em nome do governo francês. O presidente da República francesa, Sadi Carnot, encontrava-se ausente do país e, além do conde, enviou seu estado-maior para apresentar pêsames à princesa. Isabel aceitou as homenagens do governo da França e iniciaram-se os preparativos. A primeira providência foi mandar ir à capital guarnições do Exército, para prestar honras militares. O governo francês decidiu prestar ao imperador as mesmas honras oferecidas ao rei de Hanover, deposto pela Alemanha em 1866, que faleceu em Paris em 12 de junho de 1878.¹⁶ As cerimônias fúnebres começaram na noite de 7 de dezembro, quando o caixão foi fechado, contendo um punhado de terra do Brasil, segundo instruções do imperador. Transportado para a recepção do hotel, lá ficaria até a noite seguinte, quando se iniciariam os preparativos para levá-lo à Igreja Madeleine.

No trajeto do hotel para a igreja, o caixão foi envolvido pela bandeira imperial e colocado em um carro fúnebre, adornado com estofos e penachos pretos (ver Figura III). Seguiam-se mais seis carruagens com arranjos em forma de altas pirâmides, destinadas a carregar as coroas para a igreja. Nos telegramas, há referências a mais de duzentas coroas, dentre elas, uma enviada pelos Voluntários da Pátria do Rio de Janeiro, com a seguinte inscrição: "Ao grande Imperador por quem se bateram Caxias, Osório, Andrade Neves e outros heróis".¹⁷

16 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 7 de dezembro de 1891; *Jornal do Brasil*, 7 de dezembro de 1891.

17 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro de 1891.

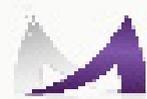
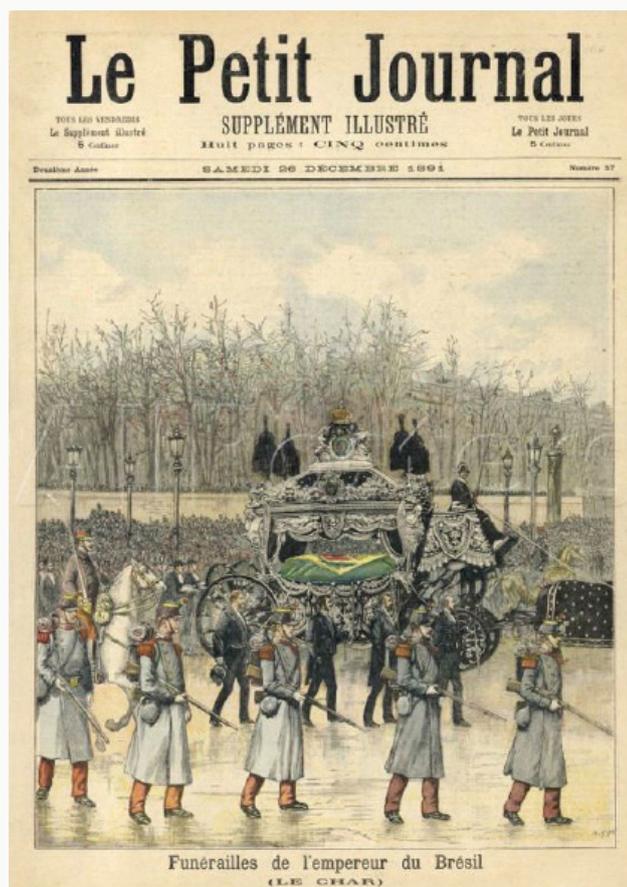


Figura III: Funerais do Imperador do Brasil



Fonte: BNF/Paris.¹⁸

Formou-se então o préstito. Seguindo o carro fúnebre, o Conde d'Eu e filhos, os camaristas do velho monarca, o Conde de Mota Maia, representantes da colônia brasileira e portuguesa na França, e vários amigos e admiradores. O cortejo percorreu o breve trecho da Rua da Arcade, penetrou no Boulevard Malesherbes e chegou à esquina da Praça da Madeleine. Em frente às grades laterais da igreja, o carro fúnebre foi recebido pelo padre Lerebours, cura da Madeleine. O caixão foi transportado para a cripta, onde passaria a noite, e no dia seguinte seriam celebradas as exéquias. A Igreja da Madeleine foi ricamente adornada: suas paredes e colunas cobertas de pano preto, as armas imperiais suspensas às paredes e, no meio da nave, erguia-se imenso catafalco, ornamentado pela bandeira imperial.¹⁹

Em 8 de dezembro, ao meio dia, iniciaram-se as exéquias. Ao redor do catafalco, distribuíam-se a princesa Isabel, Conde d'Eu, príncipes da família imperial e personagens importantes da colônia brasileira. Dentre os presentes, a família de Orleans, membros do corpo diplomático, com exceção da legação do Brasil, membros do Instituto de França, o general Brugère, representando o presidente francês Carnot; senadores e deputados franceses; e a imprensa

18 BNF/Paris. *Le Petit Journal. Supplément Illustré*. Ano 10, n. 57. Legenda: "Funerais do imperador do Brasil (A CARRUAGEM)". Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em: 18/05/2016.

19 Segundo Calmon (1975, p. 1898), era a mesma bandeira que foi utilizada na exposição universal de Paris em 1889.

parisiense e estrangeira. A solenidade na Madeleine durou cerca de meia hora. Começou com salvas de artilharia alocadas no *Hotel des Invalides*, e terminou com o embaixador inglês depositando sobre o caixão uma coroa de flores enviada pela Rainha Vitória.

Segundo os jornais cariocas, a partir dos quais foi retirada a descrição do ritual, às duas horas começou o desfile do préstito fúnebre, precedido e acompanhado por oito batalhões de infantaria, quatro esquadrões de cavalaria e duas baterias de artilharia, comandados por seis generais. Dois carros conduziam os representantes da Igreja; seguiam-se dois coches com as coroas de flores e o carro fúnebre, encimado pela coroa imperial. Duas carruagens conduziam a princesa, Conde d'Eu e príncipes; logo após vinham o representante da presidência francesa e outros carros, com ministros, diplomatas e autoridades. Nos telegramas enviados à imprensa e nela noticiados, há referência também a uma "imensa multidão", que em "atitude respeitosa, assistiu ao desfilar do cortejo".²⁰ Às 3 horas da tarde, ele chegou à estação de Orléans. As tropas prestaram continências ao morto e às bandeiras que se achavam cobertas de crepe. O trem para Lisboa partiria à noite, com dois vagões cheios de coroas e uma comitiva de 32 pessoas, além da família imperial.

Segundo Pedro Calmon (1975, p. 895), a imprensa francesa se dividiu sobre as pompas fúnebres ofertadas por seu governo. Enquanto uma parte aplaudiu a atitude tomada, outra a interpretou como afronta ao governo brasileiro. Infelizmente, Calmon não faz referências mais detalhadas à polêmica. Já no livro de Lidia Besouchet (1975), cuja temática principal é o exílio e morte do imperador, a questão recebe mais realce. Segundo vários jornais franceses selecionados por Besouchet, a polêmica em torno dos funerais teve início quando o *Journal des Débats* e o *Courrier de Paris* publicaram em suas primeiras páginas que seriam oferecidas honras imperiais a D. Pedro II. O jornal *Figaro* defendia a ideia, em artigo redigido por Gaston Calmette, o mesmo jornalista que entrevistou o imperador pouco antes de seu falecimento, apontando as vinculações de parentesco do finado com as Casas reinantes da Europa,²¹ especialmente a da França. Ainda, segundo Besouchet, os jornais *La Bataille* e *Appel* seriam os primeiros a se manifestar contra as honras imperiais. O primeiro publicou que causava estranhamento uma "nação democrática prestando homenagens imperiais a um monarca destronado por seus próprios súditos", e conclui: "A França tem o ar de quem reprova o Brasil de haver seguido seu próprio exemplo" (Besouchet, 1975, p. 422). Para a autora, a campanha dos jornais republicanos foi tão intensa que o governo francês teria recuado em seu propósito.²²

Nos trechos dos jornais franceses publicados na imprensa carioca, não há menção à polêmica; apenas referências breves aos jornais que teriam constituído a "nota dissonante" entre a imprensa francesa, ao não publicar matérias honrosas à figura do imperador. Dentre eles, o *La Bataille*, citado por Besouchet, e o *Radical*, referido pela imprensa carioca. Da imprensa francesa que rendeu homenagens a D. Pedro, o artigo mais longo, publicado nos jornais cariocas, é do jornal *Les Temps*. Segundo a matéria, o Brasil havia alcançado a estabilidade interna, durante

20 BN/RJ. *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1891. Segundo outro telegrama, a multidão foi calculada em 200.000 pessoas.

21 D. Pedro descendia diretamente das três maiores casas imperiais europeias: Bragança, Bourbon e Habsburgo. BN/RJ. *Jornal do Commercio*: "Genealogia". 7 de dezembro de 1891.

22 Cabe apontar que o livro escrito por Besouchet (1975) deve ser utilizado com certas ressalvas, pois, ao contrário dos trabalhos escritos por Calmon (1975) e Lyra (1977), a autora não identifica suas fontes, não indicando as referências das informações que apresenta.

o Segundo Reinado, distinguindo-se das repúblicas vizinhas. Com uma política externa “temperada de firmeza e moderação nas guerras gloriosas, que tinham por fim destruir as tiranias de Rosas e de Lopez”, o país havia conquistado “preponderância incontestada na América do Sul”. O imperador, “discípulo fiel dos reformadores filantropos do século XVIII”, fez de tudo para extinguir a escravidão e a abolição, realizada em 1888, “será para a história a honra imperecível desse reinado de meio século”.²³

A princípio, percebe-se que boa parte da opinião pública francesa via com bons olhos o imperador e as honras que lhe foram prestadas. Afinal, para a França, país onde as cerimônias fúnebres – especialmente, as de chefes de Estado – se destacavam por sua pompa e requinte, sobretudo na Terceira República (Ben-Amos, 2000, p. 6), honrar D. Pedro com grandes funerais, ainda que não fossem imperiais, acarretava grande prestígio perante a comunidade internacional. Ao sediar e organizar seus funerais, a República Francesa estaria no centro das atenções mundiais. Qual seria então a posição do governo brasileiro, face a tão delicado evento?

Um telegrama, enviado de Paris, em 9 de dezembro, e publicado no *Jornal do Commercio*, consiste em dado para uma resposta. Ele indica uma tentativa da legação brasileira, representada por Gabriel de Piza, de negociar com o governo francês a supressão de algumas das honras propostas, porém, sem sucesso.²⁴ Ao analisar a correspondência diplomática sobre o assunto, é possível verificar que o representante brasileiro em Paris, já em setembro de 1891, consultara o ministro das Relações Exteriores (na época, Justo Chermont), sobre quais os procedimentos da legação, no caso de falecimento de D. Pedro. O ministro respondeu que havia consultado, por sua vez, o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, e que sua resolução foi de que os empregados, tanto diplomáticos como consulares, deveriam se abster de qualquer iniciativa, podendo, no entanto, assistir aos funerais como simples particulares.²⁵

Em outro ofício, enviado após a morte do imperador, o representante brasileiro narra com detalhes a reação, em Paris, à notícia da morte de D. Pedro. Para ele, a notícia provocou “funda impressão e produziu viva consternação, quer no seio da colônia brasileira residente em Paris, quer entre os numerosos amigos do ex-Soberano”, adicionando que foram “gerais e expressivas as demonstrações de pesar de que se fez eco toda a imprensa, sem distinção de partidos políticos pelo fato a que me refiro”. Sobre as honras que seriam prestadas pelo governo francês, menciona seu encontro com o Conde d’Ormeson, chefe de Protocolo francês, que, “para evitar qualquer interpretação errônea”, foi conversar com ele sobre o assunto e explicar que seriam prestadas apenas honras militares a D. Pedro de Alcântara.²⁶

Assim, de acordo com a documentação diplomática, não houve, a princípio, pressão do governo brasileiro para que as cerimônias fossem modificadas. Todavia, já nos funerais em Paris, o governo de Deodoro e, depois, de Floriano, deixaria claro seu posicionamento perante as cerimônias fúnebres de D. Pedro: abstenção total. Entretanto, as cerimônias realizadas na capital da República francesa não encerravam os rituais fúnebres do imperador nem a cober-

²³ BN/RJ. *Jornal do Brasil: Le Temps*. 7 de dezembro de 1891.

²⁴ BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro de 1891.

²⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro. Ofícios da Missão Diplomática Brasileira em Paris. Período: 1890-1891; estante: 225; prateleira: 03; maço: 13. Data do ofício: 22 de setembro de 1891.

²⁶ AHI. Ofícios da Missão Diplomática Brasileira em Paris. Período: 1890-1891; estante: 225; prateleira: 03; maço: 13. Data do ofício: 15 de dezembro de 1891.



tura minuciosa que lhe prestavam os jornais brasileiros, pois restavam, ainda, as homenagens da corte do rei D. Carlos, em Portugal.

Em 10 de dezembro iniciava-se a viagem até Lisboa, em direção ao Panteão dos Bragança, em São Vicente de Fora. O comboio atravessou a França durante a noite, chegando pela manhã em Hendaye, última parada em território francês. Nesse mesmo dia cruzou a fronteira, adentrando a Espanha. Na estação de Puerta de San Vicente, já em Madri, receberia as homenagens do governo espanhol, seguindo para Portugal, onde foi recebido na estação de Entroncamento, por D. Afonso, irmão do rei D. Carlos, e um contingente de tropas com o objetivo de prestar honras militares.²⁷

Em 12 de dezembro, às 11 e meia da manhã, finalmente, chegava o comboio em Lisboa. Esperava-o, na estação de Santa Apolônia, o rei D. Carlos, acompanhado por sua casa civil e militar. Procedeu-se à abertura do vagão fúnebre, e o ataúde foi transportado para o coche fúnebre da casa real, formando-se o préstito, com organização diferente da de Paris. Abria-o uma força de cavalaria, seguindo grande número de carruagens com os presidentes e membros dos tribunais superiores, das câmaras Legislativa e Municipal, conselheiros e ministros de Estado; depois vinham os coches de grande gala da casa real: primeiro o do rei, acompanhado pela princesa Isabel, do Conde d'Eu e filhos; em segundo, o príncipe Pedro Augusto e o infante D. Afonso. Seguiam-se outros carros ocupados por personagens da corte e, logo após, as flores e as coroas recebidas. Ao final do cortejo, o carro fúnebre com o ataúde e, fechando o cortejo, um corpo de cavalaria.²⁸

Até São Vicente de Fora, o cortejo passou por entre alas de infantaria, postadas em todas as ruas. Na igreja, esperava-o a rainha d. Amélia, tendo sido o féretro conduzido até o meio da igreja pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Nas tribunas, a família real e imperial; o corpo diplomático, com exceção da legação brasileira. Terminados os ofícios, o ataúde foi colocado no jazigo da Casa de Bragança, entre os túmulos da imperatriz Thereza Christina e d. Amélia, mulher de Pedro IV (D. Pedro I, primeiro imperador do Brasil). A princesa Isabel, junto com os filhos e o marido, retornaria no dia 14 de dezembro para sua residência em Versalhes.²⁹

Além da cobertura do ritual, a imprensa carioca também publicou telegramas que comentavam a posição do governo brasileiro, não havendo menções a negociações similares às que teriam ocorrido na França. O destaque foi a ausência dos representantes diplomáticos brasileiros, que "foi muito notada e desfavoravelmente comentada".³⁰ Assim, a atuação da representação brasileira foi a mesma da de Paris, pois recebera instruções idênticas.³¹ Todavia, a situação em Lisboa, apreciada pelos jornais portugueses, seria diferente, devido ao grande número de críticas. Afinal, tratava-se da corte de D. Carlos I, sobrinho de D. Pedro II. Como o próprio Araújo Beltrão aponta, ele era o "representante da República numa corte parente do

27 Serviço da Agência Havas – publicado em vários jornais de 12 de dezembro de 1891.

28 Idem.

29 Serviço da Agência Havas – publicado em vários jornais de 15 de dezembro de 1891.

30 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 13 dezembro de 1891.

31 O representante brasileiro enviou telegrama pedindo instruções ao governo, logo após a morte do imperador, em 6 de dezembro. Recebeu as instruções requisitadas em 8 de dezembro: "Presidente resolveu que empregados diplomáticos e consulares se abstenham quaisquer iniciativas podendo, todavia, assistir funerais simples particulares". AHI. Ofícios da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa. Período: 1891-1893; estante: 214; prateleira: 03; maço: 04, Data do ofício: 14 de dezembro de 1891.



finado". Dessa forma, efetua uma avaliação de sua situação, considerando o comportamento de D. Pedro no exílio:

se por um lado os precedentes do seu proceder sempre correto do exílio, e da pensão para ele votada pelo Congresso pareciam autorizar-me a tomar parte nas cerimônias fúnebres, por outro dissuadia-me disto o receio de que os especuladores políticos procurassem tirar partido mesmo deste acontecimento, a favor dos planos de restauração.³²

De fato, seria impossível livrar-se do significado político que sua participação nas cerimônias acarretaria. Para conciliar as ordens recebidas com sua posição na corte de D. Carlos, o representante brasileiro resolveu apenas inscrever seu nome no livro de pêsames no Paço de Belém, procurando também o ministro dos Negócios Estrangeiros português, para quem manifestou a dificuldade de harmonizar sua presença oficial na cerimônia com as instruções do governo brasileiro. Não iria comparecer aos funerais e pedia que ele apresentasse suas desculpas ao rei. Apesar de serem circunstâncias "bastante difíceis e melindrosas", Araújo Beltrão chegava à conclusão de que a decisão do governo brasileiro foi a mais acertada: o fato de o féretro vir coberto com a bandeira imperial evidenciava que não era aconselhável a presença de funcionários da República.³³

Entretanto, a imprensa portuguesa, especialmente a monarquista, não veria com bons olhos a decisão da representação brasileira. Jornais monarquistas, como o *Novidades* e o *Correio da Manhã*, criticaram ferrenhamente tal ausência, caracterizada como uma falta gravíssima, do ponto de vista das relações diplomáticas entre os países.³⁴ Na imprensa carioca, poucas foram as reproduções do que foi publicado sobre os funerais em Portugal. Contudo, algumas referências podem ser identificadas, como a de caráter geral, sobre os jornais lisboetas, ressaltando que, tanto monarquistas como republicanos, "em longos artigos prantea[va]m a morte" do imperador.³⁵

Por fim, além da repercussão na imprensa internacional, em que D. Pedro II foi retratado com simpatias por boa parte das folhas, a ausência de representante do governo brasileiro foi alvo de críticas. Uma decisão que, provavelmente, teve como fundamento não apenas o intuito de afirmar a ruptura com o passado, como assegurar que novos incidentes não viessem perturbar a situação política nacional. No caso, as palavras de Araújo Beltrão são preciosas, para uma compreensão de que, homenagear minimamente o imperador deposto – nesse momento, em que divisões entre militares e civis, deodoristas e florianistas, republicanos e monarquistas contribuíam para a instalação de um clima de insegurança, especialmente na capital federal³⁶ –, era, no mínimo, arriscado. Um cenário político tenso, que transbordou em agitações, pelas

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Biblioteca Nacional de Portugal/Lisboa. *Novidade*, Lisboa, 14 de dezembro de 1891; *Correio da Manhã*, Lisboa, 16 de dezembro de 1891.

³⁵ BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 13 de dezembro de 1891.

³⁶ Fazemos referências aqui aos acontecimentos que antecederam a morte de D. Pedro, como o fechamento do Congresso Nacional pelo primeiro presidente republicano, Deodoro de Fonseca (numa tentativa de implantar uma ditadura, usando como justificativa a ameaça monarquista), a reação de civis e militares (representados pela Marinha e da maior parte do Exército, que lideraram um movimento armado contra o presidente), e a renúncia do presidente, assumindo o cargo o também militar, Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891. Sobre o período ver Resende (2003) e Flores (2003).

reações à morte de D. Pedro II.

Manifestações de pesar no Brasil

Os funerais na Europa foram minuciosamente acompanhados no Brasil, pela imprensa, que os reconstruiu, via telegramas da Agência Havas de notícias, e de vários artigos, sendo responsável pela divulgação dessas cerimônias pelo país. A cobertura não se restringia ao outro lado do Atlântico, englobando também as inúmeras missas e manifestações de luto no Brasil. Assim, além dos necrológios, artigos e cartas enviados aos jornais, a participação da população, em várias cidades nas quais ocorreram atos fúnebres, contribuiu para a mobilização de diferentes versões do então passado recente do país.

A notícia de falecimento do imperador foi publicada na imprensa carioca no dia seguinte ao evento. Alguns jornais, distribuídos na parte da tarde, como *Gazeta da Tarde*, *Novidades* e *Cidade do Rio*, conseguiram publicá-la ainda no dia 5 de dezembro. Nos dias seguintes, as notificações foram abundantes; compostas por necrológios e inúmeros telegramas, descrevendo os últimos momentos do imperador e as cerimônias realizadas em Paris e Lisboa. Há, também, trechos de publicações de outros jornais, sobretudo estrangeiros, e informes sobre as manifestações de pesar que ocorriam, tanto no Rio como em outras cidades do Brasil.

A reação nas cidades brasileiras, a partir da notícia da morte do imperador, foi de luto imediato. As casas comerciais cerraram suas portas, as bandeiras foram hasteadas a meio pau e as igrejas dobraram seus sinos, anunciando o passamento. Em Ouro Preto – na época, capital do estado de Minas Gerais –, as repartições públicas cerraram portas, e a Escola de Minas decretou luto de três dias.³⁷ Já na capital federal, além das casas comerciais fechadas, a Bolsa de Valores também não funcionou e alguns transeuntes circulavam pelas ruas trajando luto.³⁸ Em Salvador, a Câmara Municipal içou a bandeira nacional a meio pau, gesto observado nos consulados presentes na capital baiana.³⁹ Ainda segundo os jornais, após essas manifestações quase instantâneas, foram organizadas inúmeras exéquias e missas, sendo que, para algumas delas, especialmente as planejadas para ocorrer no 30º dia da morte do imperador, foram abertas subscrições populares, com o objetivo de arrecadar dinheiro para a ornamentação das igrejas.

Nas descrições sobre as cerimônias realizadas, muitas referências à decoração fúnebre, bem como ao público que compareceu aos serviços. No telegrama enviado sobre a cerimônia realizada em Taubaté, no estado de São Paulo, há um relato que iria se repetir em diferentes cantos do Brasil, até início de janeiro de 1892: “Estiveram na altura do acontecimento, a igreja matriz toda armada de preto, no corpo dela erguia-se rico catafalco tendo na face principal o retrato do chorado monarca, o templo regurgitava de povo de todas as classes sociais”.⁴⁰

37 BN/RJ. *O Paiz*, 8 de dezembro de 1891.

38 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 06 de dezembro de 1891.

39 BN/RJ. *O Paiz*, 12 de dezembro de 1891.

40 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 13 de dezembro de 1891; *O Brasil*, 13 de dezembro de 1891 *apud* Raffard, Henrique (org.). *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à memória de Sua Majestade o senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Comp. Typ. do Brasil, 1894. p. 80.



Retratos ou bustos do imperador, além de coroas e bandeiras imperiais, foram os elementos principais na ornamentação das igrejas onde se realizaram as missas. Na missa mandada rezar em Porto Alegre, na igreja do Rosário, por “um admirador do Sr. D. Pedro de Alcântara”, havia a referência: “O templo achava-se ricamente ornado de luto. Ao centro, erguia-se majestoso catafalco, com o retrato de D. Pedro, e encimado pela coroa Imperial”.⁴¹ Nelas se reuniram não apenas o “povo de todas as classes sociais”, mas também de todas as “cores” e “credos políticos”, segundo os telegramas enviados e publicados nos jornais do Rio de Janeiro.

Não somente os símbolos ligados estritamente ao imperador, como a fatos ou eventos ocorridos durante o Segundo Reinado, marcariam presença nas cerimônias, como nas exéquias celebradas na Paróquia de Santana, em Salvador: “Junto ao retrato do finado, uma criança empunhava a antiga bandeira do 40º Batalhão”, um dos inúmeros batalhões de Voluntários da Pátria que lutou na Guerra do Paraguai. Cabe mencionar a importância da figura do D. Pedro II para os Voluntários da Pátria, ao ter se alistado simbolicamente como voluntário número um.⁴² Segue o telegrama, descrevendo o público da igreja, composto por senhoras e uma “aluvião de pobres”, que empunhava tochas, e seu gesto final, de beijar o “pavilhão enegrecido pelo fumo dos combates e esfarrapado pelas balas da campanha do Paraguai, onde pelejou o legendário batalhão”.⁴³

Na ausência de retratos, bandeiras ou coroas, ou talvez por escolha de quem mandasse rezar a missa, o catafalco coberto de crepe apresentava-se apenas com alguma inscrição, como na cerimônia realizada em Queluz, São Paulo, onde se lia: “À memória do glorioso D. Pedro II”.⁴⁴ Dentre o público presente, além de “brasileiros de todas as classes”, há referências a um “grande número de representantes das colônias italiana e portuguesa”. Apesar dos telegramas mencionarem a coesão de todos os tipos, “sem cor política ou social”,⁴⁵ como nas celebrações em Pirai, no estado Rio de Janeiro, em algumas regiões foram efetuadas observações sobre a presença maciça de libertos nas cerimônias.

Na solenidade realizada em Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, há referências, como: “Enorme massa de libertos beijava, com lágrimas do maior sentimento, o retrato do monarca, notando-se em todos os presentes a mesma dor profundíssima”.⁴⁶ Em Baependi, no estado de Minas Gerais, outra referência similar: “Era extraordinária a concorrência de libertos, que todos se mostravam profundamente consternados pela morte daquele a quem chamavam – *nosso Pai*”.⁴⁷ Algumas missas, como a realizada em Queluz, São Paulo, no 30º dia do passamento do imperador, seriam encomendadas pelos próprios libertos, contando com a ornamentação de duas bandeiras de veludo preto, com as seguintes inscrições em letras douradas:

41 BN/RJ. *O Paiz*, 12 de dezembro de 1891.

42 Segundo Vitor Izecksohn, os corpos de Voluntários da Pátria foram criados não apenas com o objetivo de ampliar o efetivo do Exército, mas como uma estratégia para torna-lo um “espaço aceitável para os brasileiros de todas as classes, diferenciando-se, assim, do recrutamento regular para o Exército”. No caso, o alistamento de D. Pedro II como voluntário número um visava afirmar “simbolicamente a igualdade entre todos os brasileiros voluntários no desejo de vingar a afronta à honra nacional” (Izecksohn, 2009, p. 399).

43 BN/RJ. *O Paiz*, 15 de dezembro de 1891.

44 BN/RJ. *O Brasil*, 15 de dezembro de 1891 *apud* Raffard (1894, 84-85).

45 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1891.

46 BN/RJ. *O Brasil*, 15 de dezembro de 1891 *apud* Raffard (1894, p. 635).

47 Idem



“Lei de 28 de setembro de 1871 – Lei de 13 de maio de 1888”, em alusão às leis abolicionistas.⁴⁸

Em Petrópolis, as exéquias mandadas celebrar “por antigos colonos e moradores” da cidade, reuniriam membros do corpo diplomático, com a presença dos ministros da Alemanha, Grã-Bretanha, Portugal, Argentina, Bélgica e Espanha. Segundo o jornal *O Brasil*, a igreja estava ricamente adornada, com o catafalco onde figuravam as armas imperiais e o retrato de D. Pedro cercado por tocheiros e pavilhões das principais potências da Europa e da América, e, logo à frente, a bandeira imperial do Brasil, defronte da França.⁴⁹

Na capital federal, as exéquias solenes foram promovidas pelo bispo do Rio de Janeiro, na igreja do Carmo, com o comparecimento do bispo de Olinda, a convite do IHGB.⁵⁰ Compareceram à missa inúmeros sócios do Instituto, contando com um público calculado em 2.000 pessoas, “desde os mais graduados e eminentes personagens até ao humilde homem do povo”.⁵¹ Em sua decoração, a igreja reuniu inúmeros símbolos imperiais. No grande catafalco ladeado por 12 tochas, repousavam uma coroa e a efígie do imperador, tendo ao lado a bandeira, o estandarte imperial, o cetro e o emblema da justiça. Terminado o ato fúnebre, a igreja permaneceria aberta por algum tempo e, como ocorreu em Salvador, várias pessoas se dirigiam, para beijar a coroa e a antiga bandeira.

Tomando como base as concepções de Fernando Catroga, é possível interpretar as descrições das cerimônias fúnebres como a representação de um momento de recordação. Neste, a memória do imperador e do Império se apresentava numa linguagem pública e coletiva – através dos retratos, bandeiras, coroas e mensagens –, com a qual parte dos presentes se identificaria, demonstrando um tipo de união da sociedade ao integrar o indivíduo na linguagem comum das práticas memoriais e simbólicas (Catroga, 2001, p.25). O fluxo de memória canalizado pelo ritual é o que o caracterizaria como momento capaz de promover essa união.

No caso dos rituais fúnebres, cujo objetivo é separar os vivos dos mortos, tal fluxo é centrado nas memórias do morto, que são expressas para transformá-lo em antecessor daquele grupo social (Ben-Amos, 2000, p.267). Trata-se de um rito de passagem que Arnold Van Gennep definiu como possuindo três fases em seu cerimonial: a separação da posição anteriormente ocupada pelo indivíduo, a transição e a incorporação do indivíduo à nova posição (Van Gennep, 1909 *apud* Ben-Amos, 2000, p. 263). Nos rituais fúnebres, a segunda parte, relativa à transição de uma posição para outra, é considerada a mais complexa. Para Robert Hertz, é o momento que pode ser caracterizado como uma cerimônia dupla, concernente tanto ao indivíduo como à sociedade, quando será definido um lugar a ser ocupado pelo morto, possibilitando a reestruturação da comunidade. (Hertz, 1970[1928] *apud* Ben-Amos, 2000, p. 263)

Apesar de não ter recebido um funeral oficial por parte do Estado brasileiro, a multiplicação de rituais fúnebres, como missas e outras manifestações, descritas na imprensa, marcavam o desejo de parte da sociedade brasileira de reconhecer D. Pedro II no rol de antepassados, conectando-o a diferentes passados, evocados por mensagens referentes às leis abolicionistas, da presença maciça de libertos nas cerimônias, ou da bandeira, relembrando a Guerra do

48 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 6 de janeiro de 1892.

49 *O Brasil*, 12 de dezembro de 1891 *apud* Raffard (1894, p. 627).

50 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 9 de dezembro de 1891.

51 *O Brasil*, 12 de dezembro de 1891 *apud* Raffard (1894, pp. 622-3).



Paraguai. Todavia, a ausência de manifestações por parte do governo republicano foi apontada pela imprensa.

Algumas referências são feitas ao Poder Judiciário que, representado pelo Supremo Tribunal Federal, votou uma moção expressando profundo pesar pela perda.⁵² Segundo o *Jornal do Commercio*, o Poder Executivo teria deixado a cargo do Congresso Nacional, que seria reaberto em pouco tempo, a iniciativa de prestar tributo à memória de D. Pedro II. Contudo, ressaltava o jornal, “estas conveniências da administração” pouco abalavam os brasileiros. Mesmo assim, lastimava-se que, enquanto “todo mundo civilizado rende[sse] à memória do ex-imperador todas as honras possíveis”, o governo do país, que ele “amou estremecidamente”, se visse “inibido, por considerações políticas, de dar apoio ao genuíno pesar de que está possuída toda a população”.⁵³ Uma “queixa” com muito sentido para seus leitores, que traduzia o momento político tenso em que D. Pedro II faleceu. Não apenas na capital federal, mas também em São Paulo e em Salvador foram registradas algumas medidas de repressão às demonstrações de pesar organizadas em memória do imperador, pelo temor de que pudessem alimentar pretensões restauradoras.

Na capital federal foram observados alguns incidentes. O primeiro ocorreu no dia em que foi noticiada a morte de D. Pedro: o chefe de polícia da cidade, Xavier da Silveira, pressionou as redações dos jornais para que não hasteassem ou colocassem a bandeira nacional em funeral (com tarja de crepe preto). O *Diário do Commercio*, ao publicar a notícia, defendeu a conveniência de tal atitude, com o objetivo de “evitar qualquer pequeno conflito”, mas algumas redações solicitaram que lhes fosse apresentada esta ordem por escrito, o que, segundo o *Diário*, teria levado a polícia a negar ter feito o pedido.⁵⁴

Foram publicados outros artigos sobre o caso, com versões distintas, de acordo com o jornal. O monarquista *O Brasil*, por exemplo, em artigo com o sugestivo título de “Contra o luto!”, denunciava que a polícia teria “intimado” – e não “pedido”, como informou o *Diário do Commercio* – as redações dos jornais que haviam hasteado a bandeira a meio pau a retirarem esse sinal, “para evitar qualquer desacato”. Tal intimação teria sido feita também, relata o jornal, a diversas casas comerciais. Alguns jornais teriam obedecido à “intimação”, como o *Jornal do Brasil*, mas, em outros, a bandeira permaneceu em posição de luto. Quanto ao jornal *O Brasil*, como nunca havia hasteado a bandeira republicana, expressou seu luto cerrando as portas e cobrindo de crepe preto a tabuleta com o título da folha.⁵⁵ Já o jornal *O Tempo*, identificando-se como uma folha republicana, comentava que, mesmo com a morte do imperador – assim extinguindo-se as esperanças sebastianistas e monarquistas –, as manifestações de pesar não deixaram de ter um caráter político; “sendo exploradas por manhosos adversos da instituição republicana”.⁵⁶

Outro incidente, mais grave, envolveu o jornal monarquista *O Brasil*, em função das exéquias planejadas pela comissão central, organizada por iniciativa de seu diretor, Carlos Laet.⁵⁷

52 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 14 de dezembro de 1891.

53 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 8 de dezembro de 1891.

54 *Diário do Commercio*, 6 de dezembro de 1891 apud Raffard (1894, p. 541).

55 *O Brasil*, 6 de dezembro de 1891 apud Raffard (1894, p. 544).

56 *O Tempo*, 9 de dezembro de 1891 apud Raffard (1894, p. 586).

57 *O Brasil*. “Ao Povo”. 18 de dezembro de 1891 apud Raffard (1894, p. 511).



Segundo a carta "Ao povo", publicada por Laet no jornal, membros da comissão foram ameaçados de morte por integrantes do Clube Tiradentes, clube republicano tradicional da capital, e aconselhava o cancelamento das manifestações de pesar.⁵⁸ Em sua carta, Laet não declara se o jornal foi ou não alvo de agressões. Todavia, ao comentar as reações à notícia da morte imperador, Maria de Lourdes Janotti menciona o empastelamento de *O Brasil* e do *Jornal do Brasil* e, também, as manifestações de clubes jacobinos e batalhões patrióticos, que saíram em defesa das instituições republicanas (Janotti, 1986, p. 50). De toda a forma, a tal comissão abandonou a ideia de realizar as exéquias de 30º dia do passamento do imperador, para as quais estava colhendo donativos, desistindo também do projeto de erigir, na capital, um monumento em memória de D. Pedro.⁵⁹

Os positivistas se juntariam às fileiras dos republicanos radicais. Representados por Miguel Lemos, em carta publicada no *Jornal do Commercio*, em nome do Apostolado Positivista do Brasil, eles anunciavam sua indignação com as publicações na imprensa, por meio da "afirmação de que a morte do ex-imperador determinou, por parte de todos os brasileiros, sem discrepância de credo político, as manifestações de mais profundo pesar".⁶⁰ Os membros do Apostolado julgaram necessário declarar publicamente que não compartilhavam de "semelhante modo de ver e de sentir". Respeitavam a dor dos familiares do morto, mas se apartavam da "imerecida apoteose com que se quer glorificar o nosso último imperante". A intenção da carta era alertar o público, que poderia acreditar, "à vista dos artigos dos jornais e das notícias telegráficas, em uma unanimidade de pensar e sentir que não existe realmente, pelo menos na parte que toca os positivistas brasileiros". Lemos conclui seu texto, congratulando o governo:

*Aproveitamos a oportunidade para louvar a atitude correta que na presente conjuntura tem sabido guardar o Governo da República, mantendo-se inteiramente neutro, sem deixar-se arrastar pela onda sentimentalista que nos está invadindo.*⁶¹

A reação à carta do Apostolado não demorou. Veio na forma de cartas, também publicadas no *Jornal do Commercio*, e assinadas "Os verdadeiros patriotas".⁶² A primeira considerava que a publicação positivista fez um mal maior "do que o maior inimigo das instituições republicanas esforçando-se a favor da restauração", pois, como poderia a República "criar raízes no animo do povo", se aqueles que se colocam como seus verdadeiros representantes, ao invés de honrar "os seus concidadãos beneméritos, procuram cobrir com o fel do ódio e do desprezo a sagrada memória do grande cidadão?". Os autores da carta explicavam então que "acima da República está a Pátria" e o Brasil deveria saber honrar "seus grandes homens", independente da fé política que professassem.⁶³ Em outra carta, defendia-se que não era o "sentimentalismo" que mandava respeitar os mortos, "ainda que tenham sido os nossos adversários", mas

58 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 10 de dezembro de 1891.

59 BN/RJ. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1891; *Jornal do Commercio*, 22 dezembro de 1891.

60 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 09 de dezembro de 1891.

61 Idem.

62 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 12 e 13 de dezembro de 1891.

63 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 12 de dezembro de 1891.



o “progresso humanitário”. Não seria “rebaixando a sagrada memória do ex-Imperador” que se justificaria e glorificaria a revolução, mas provando para o mundo que “o Brasil republicano é moral e intelectualmente superior ao Brasil monárquico”.⁶⁴

Essa batalha de cartas evidencia o uso do espaço do jornal, no caso, o *Jornal do Commercio*, para debater o posicionamento da República perante seu passado e futuro. As demonstrações de desagrado não se restringiram às palavras. Ocorreu um *meeting* no largo de São Francisco de Paula, convocado “por antigos e bons republicanos”, com o objetivo de “lavar um protesto contra o exagerado sentimentalismo que se faz atualmente em torno da morte do ex-imperador”.⁶⁵ Tal manifestação seria, inclusive, noticiada pelo jornal francês *L’Etoile du Sud*, que informou ter sido organizada pelo Clube Republicano Rio-Grandense, sob a presidência do coronel Solon, com o objetivo de protestar contra as honras oferecidas pelo governo francês ao falecido imperador. Por tal razão, o jornal francês tomou a iniciativa de enviar uma comissão ao presidente Floriano Peixoto para expressar seu descontentamento. Segundo o jornal, após aplaudir os sentimentos patrióticos dos autores do *meeting*, o governo agiu com a dignidade necessária e com todas as reservas exigidas pelas circunstâncias.⁶⁶

Ainda no que concerne às reações de pesar no Rio de Janeiro, o governo de Floriano convocou uma reunião com o representante de Portugal, para evitar que os portugueses fechassem suas lojas e efetuassem qualquer tipo de manifestação pública, pois o governo esperava uma eclosão de tumultos. O diplomata teria respondido que tal ação estava fora de seu alcance e que nada poderia ser feito, já que a própria legação portuguesa se enlutou por vinte dias. Assim ficava claro que as manifestações de pesar foram interpretadas pelos republicanos radicais como, no mínimo, provocações e, no máximo, conspirações contra a República (Jannotti, 1986, p. 50-51).

Na Bahia também foram observadas algumas restrições às manifestações de pesar. O coronel Moreira César⁶⁷ – na época, chefe de segurança do estado – publicou um edital proibindo que, nas cerimônias fúnebres planejadas, a efígie do imperador fosse levada em procissão cívica e fosse hasteada a bandeira republicana a meio pau, vedando também o uso das antigas bandeiras imperiais, mesmo que a coroa imperial fosse substituída por estrelas.⁶⁸ Em poucos dias seriam celebradas as exéquias solenes promovidas pela Associação Comercial baiana. Em obediência às ordens de Moreira César, a igreja não foi decorada externamente. Todavia, brasões e coroas adornavam as paredes de seu interior. No catafalco de 30 metros, rodeado por 20 candelabros e encimado pela coroa imperial, via-se à frente a efígie de D. Pedro. Ladeavam o catafalco 40 negociantes “dos mais notáveis de Salvador” e as tribunas foram ocupadas por “famílias distintas”; mas o “elemento oficial” não compareceu. Todo comércio fechou e a capital baiana apresentava “feição de dia de feriado”, segundo o *Jornal do Commercio*.⁶⁹

64 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 13 de dezembro de 1891.

65 *Diário de Notícias*, 11 de dezembro de 1891 *apud* Raffard (1894, p.597).

66 *L’Etoile du Sud*. 21 dezembro. de 1891 *apud* Raffard (1894, p. 396).

67 Moreira César se tornaria uma figura muito conhecida por sua atuação na Revolta Federalista, no sul, e, especialmente, por sua morte, combatendo o arraial de Canudos. Irônico que tivesse reprimido as manifestações de pesar em nome de D. Pedro e, depois, morresse pela mão de uma revolta social caracterizada, especialmente pela capital, como “monarquista” (Hermann, 1996, p. 81-105).

68 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 22 dezembro de 1891.

69 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 6 de janeiro de 1892.



Em São Paulo, a reação se dirigiu às manifestações classificadas como “sebastianistas” da Intendência Municipal, que expressou seu voto de pesar pelo falecimento do imperador e deixou registrada em ata a intenção de denominar *D. Pedro II* a rua Direita. O presidente da Casa, Clementino de Castro, “não consentiu essa outra manifestação sebastianista”, vetando a segunda parte da referida ata.⁷⁰

As reações no Brasil ao falecimento de D. Pedro de Alcântara não podem ser separadas do tenso clima político que agitava republicanos e monarquistas, civis e militares. Nesse sentido, se as descrições das manifestações de pesar apontavam, por um lado, para o efeito integrador dessas cerimônias; por outro, é notável uma dramatização aguda dessa realidade de conflitos e incertezas políticas, possibilitando a existência de consensos e dissensos, que devem ser compreendidos em conjunto (Lukes, 1975). Tal aspecto também é perceptível nas narrativas dos necrológios do imperador, que foram publicados nos jornais.

Necrológios: narrativas sobre D. Pedro II e seu reinado.

Gênero clássico do discurso pós-morte, o necrológio consiste em lembrar os principais feitos de quem possui características que merecem ser recordadas. Nesse exercício de lembrar os principais feitos, alguns aspectos são ressaltados, outros esquecidos, sempre com uma seleção na narrativa e com variações nas versões apresentadas sobre um mesmo fato. Tais variáveis apontam estratégias e interesses por parte dos atores em cena, no sentido de construir determinada memória. Essa dinâmica já foi apontada por outros estudos⁷¹, como de Regina Abreu (1998, p. 278) sobre a morte de Euclides da Cunha, no qual ela observa como é após sua morte que se inicia um discurso de heroificação do escritor. Seus funerais marcaram o início do culto ao escritor, “não apenas como grande homem, mas como herói nacional” (Abreu, 1998, p. 278).

O estudo do historiador Manoel Salgado Guimarães sobre Capistrano de Abreu analisa as estratégias utilizadas por Capistrano para escrever um necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro. Com o objetivo de demarcar o seu espaço no campo da escrita da História, Capistrano combina reconhecimento e crítica, ao se referir aos estudos de Varnhagen, procurando, ao mesmo tempo filiar-se a uma tradição, e se diferenciar, como portador de uma identidade singular, como escritor de história (Guimarães, 2009b, p. 275). Assim, evidencia-se a importância estratégica do necrológio, no qual recordar os grandes feitos do morto, até de forma crítica, significa construir uma filiação, propor uma linhagem, estabelecer relações de aproximação e distanciamento.

Nesse sentido, na comparação com os necrológios de D. Pedro II, verifica-se que iniciam com seu nascimento, no reinado do pai, Pedro I, passando pela Abdicação em 7 abril de 1831, pelo Período Regencial e o Golpe da Maioridade, até, enfim, o Segundo Reinado. São ressaltadas a pacificação do país, seu progresso material, as guerras em que tomou parte na

70 BN/RJ. *O Paiz*, 13 dezembro de 1891.

71 Dois estudos, também utilizados como referência nesse sentido, foram os de João Gonçalves (2000) sobre os funerais de Rui Barbosa e de Luigi Bonafé (2008) sobre Joaquim Nabuco.



América, com foco especial para a vitoriosa Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão⁷², e a proclamação da República. Enfim, os necrológios sobre D. Pedro e, também, alguns artigos, estabelecem relações e significados em torno de sua vida.

Antes das narrativas dos necrológios, em geral os jornais apresentavam uma pequena introdução. Por exemplo, a *Gazeta de Notícias* apontava que a principal missão de D. Pedro foi estabelecer a paz, e que havia conseguido: “Deixou a pátria inteira e unida como fortuitamente a encontrara, e plantou a união e integridade”. Os acontecimentos que lhe tiraram o trono, “muito recentes para que se precise rememorá-los”, recebem pouca atenção. O foco é a vida e a obra de D. Pedro II, caracterizado como um personagem cujas “qualidades pessoais escusavam enumeração”. Sobre seus erros e defeitos como estadista, conclui o jornal, havia apenas um julgamento a ser feito: “Qualquer que seja a crítica, se D. Pedro, o Imperador, foi lesado, D. Pedro de Alcântara, o indivíduo, ficara ileso”.⁷³ Como estadista, D. Pedro podia ser criticado, o que ocorreu, ainda em seu reinado. No entanto, como pessoa e cidadão, não havia nada de negativo a ser dito sobre seu caráter. Essa imagem dual da figura de D. Pedro também pode ser lida como uma representação de seus dois corpos: o natural e o político. Porém, com um uso diverso daquele identificado por Kantorowicz (1998), a imortalidade que se fabricava então para D. Pedro não era baseada em seu corpo político, não se alimentava de sua atuação como estadista, como imperador. Sua imagem política estava fragilizada, não cabia ressaltá-la, uma vez que ela entrava em choque com a instituição política em vigor. No caso, a imortalidade de D. Pedro é produzida por intermédio das características inerentes ao seu corpo natural, que mesmo morto, fornecia os substratos para a construção de uma imagem apolítica, honesta e boa. Assim, considerando a repetição desta dicotomia, é possível afirmar que, no final do século XIX, em especial após sua morte, a dupla imagem se consagrou, como forma “verdadeira” de referência ao homem e a seus feitos.

No conservador *Jornal do Commercio*, o Segundo Reinado é referido sob uma interpretação apologética. Diante da instabilidade e violência então presente, o período é lembrado como uma “longa era de paz”. O jornal afirma não saber quando D. Pedro teria sido mais digno, “se na pátria, no meio das grandezas” que desdenhava, ou “se na terra do exílio, mantendo a mais correta e nobre atitude”, quando conclui, “consumou-se o seu martírio”. Com esse perfil, todos poderiam “venerar” sua memória, como a de um homem que cumpriu “duradoura, gloriosa e árdua missão, sem jamais ter desmaiado, nem afrouxado nas suas retas intenções, que ninguém teve, nem terá mais puras”.⁷⁴ O imperador morto, além das qualidades de herói, também passaria a possuir, naquele momento, as de um santo.

Segue ainda uma última parte, intitulada “O segundo imperador. Principais acontecimentos do seu reinado”, na qual o jornal enfoca os mesmos eventos apontados pela *Gazeta*. Restava ainda a proclamação da República e, assim como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* se absteve de enunciar maiores comentários, fornecendo indicações de sua interpretação acerca dos últimos eventos políticos:

72 Descrição baseada nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*.

73 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 06 de dezembro de 1891.

74 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 06 de dezembro de 1891.



Os fatos que desde então se deram ainda estão presentes em todas as memórias, e não é aqui o lugar para recordarmos a imprevista queda da monarquia a 15 de Novembro daquele ano, o banimento da família e as tristezas do exílio daquele que governara o país durante meio século.⁷⁵

O passado recente republicano é descrito de forma dramática, deixando de lado a crise imperial e o movimento republicano que agitou a capital federal nos últimos decênios do século XIX. Todavia, dos jornais selecionados, o que apresentaria maior volume de textos, com a linguagem mais apologética em relação a D. Pedro e à Monarquia foi o *Jornal do Brasil*. O periódico, fundado com o objetivo de “conduzir o caudal monarquista” (Gomes, 1980, p.14), passaria a contar, a partir de 1891, com a participação de Joaquim Nabuco na redação, num momento em que suas crenças restauradoras cresciam consideravelmente. Nesse contexto, o “Grande Morto” recebeu destaque em suas páginas, de modo que D. Pedro é descrito como um dos grandes homens do século XIX, ao lado de Darwin, Pasteur, Goethe, Hugo ou Edison. Contudo, cabia ao Brasil reivindicá-lo como a “maior figura de sua história”. Assim, o século XIX, na história brasileira, poderia ser nomeado de “o século de D. Pedro II”, como “o século de Augusto em Roma ou de Luiz XIV em França”.⁷⁶

Este jornal distingue-se dos outros, no que concerne à abolição, com seu empenho em demonstrar as “origens mais afastadas”, ou os “percussores de 13 de Maio”, encontrando-os em “Palmares” e, até, “nos inconfidentes de Minas”. O papel do imperador, nesta questão, foi classificado como “moderado e prudente”. Como “Rei constitucional”, D. Pedro II “devia nortear-se pela opinião” e não poderia, “perante a lei e as conveniências políticas, empreender uma reforma desta natureza, sem o concurso do povo”. A “agitação abolicionista” recebeu apoio do imperador, e as sociedades abolicionistas ou emancipadoras foram “aplaudidas e incentivadas” por ele.⁷⁷ Essa interpretação sobre a abolição evidencia o intuito de resgatar as origens do movimento abolicionista, legitimando-o historicamente. Em um segundo momento, trata-se de hierarquizar papéis, apontando a importância do movimento abolicionista, sem excluir a ação do imperador, em um relato no qual D. Pedro é mais espectador do que ator.

Dentre os necrológios até aqui analisados, destaca-se o publicado no jornal *O Paiz*, assinado por seu redator, Quintino Bocaiúva. As manifestações de pesar são interpretadas como “prova que o ex-soberano do Brasil era, como homem, justamente estimado pelas suas nobres qualidades pessoais”. Portanto, apenas seria possível manifestar um sentimento: “o da mais respeitosa homenagem às virtudes privadas que ornaram o caráter do homem que acaba de desaparecer entre os vivos”.⁷⁸

O Segundo Reinado é referido como um período “de evolução da sociedade brasileira na formação da nossa nacionalidade e no modelamento das instituições”, uma imagem que converge com a veiculada por outros jornais. Entretanto, a abordagem do período regencial contém diferenças, em comparação com os outros periódicos. A Regência teria sido um “período tormentoso” e, também, um “período admirável pelo patriotismo”, de “que deu prova

75 Idem.

76 BN/RJ. *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1891.

77 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 06 de dezembro de 1891.

78 BN/RJ. *O Paiz*, 06 de dezembro de 1891.



a geração política desse tempo". Este período seria marcado pela generosidade com que "o povo brasileiro deixou consolidar o trono do jovem herdeiro da monarquia"; prevalecendo "o elo da unidade nacional".⁷⁹

No texto, o imperador teria poder, como a "fórmula mais perfeita do personalismo cesariano", que "sucedeu ao regime do absolutismo monárquico-feudal estabelecido pelo fundador do império". A história, "fazendo justiça ao falecido ex-monarca", há de reconhecer que todo o seu prestígio e força, se apoiavam em dois pontos: a sua "probidade pessoal e o seu desprendimento quanto aos bens materiais de fortuna". Ainda de acordo com este necrológio, as virtudes que mereciam o apreço do mundo, associadas ao seu comedimento e recato, fizeram de D. Pedro de Alcântara um raro exemplo de um homem com "boas inclinações naturais", apesar de ser filho de Pedro I, a quem Bocaiúva se refere por pejorativos.⁸⁰ O texto é concluído da seguinte maneira: D. Pedro não estava "de nenhum modo preparado para o ofício que hereditariamente lhe foi destinado".⁸¹

Enfim, a nação brasileira, "sem desconhecer os méritos pessoais do homem que fora por tantos anos o regulador de seus destinos", destruiu o trono pela revolução, "sem lhe fazer nem injustiça e nem violência, antes, rodeando até a última hora de todas as deferências". Bocaiúva termina o necrológio afirmando o respeito que a República brasileira deveria ter com memória do imperador, apesar de suas críticas. Propõe respeito à memória do imperador, como

homem bom, justo, sábio, e não como estadista, porque foi falho, ainda que com boas intenções.⁸²

O diálogo entre esses textos e a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é profícuo, pois esta instituição desempenhou relevante papel no Segundo Reinado, na construção da história e memória nacionais, colocando-se a serviço do projeto político imperial.⁸³ Considerando os limites do escopo do presente artigo, cabe mencionar o artigo de Lúcia Guimarães (2009), no qual analisa as relações entre a produção do instituto e as representações de D. Pedro II e seu império. Segundo a autora (Guimarães, 2009, p. 73), na memória construída pelo Instituto, o imperador aparece "fadado ao êxito político", pois "não empunharia a espada nem o sabre", mas utilizaria outras armas: "a tolerância política e o culto ao intelecto". Diferentemente do pai, tido como "impulsivo", o segundo imperador teria apagado "ódios e paixões, que dividiam brasileiros (...) e levant[ado] a paz, a concórdia e a felicidade da nação sobre as ruínas da intolerância", afirmava Joaquim Manuel de Macedo.⁸⁴ A partir da parceria do instituto com o imperador teria nascido o "rei filósofo", "amantes das letras", do "monarca simplório", "Amigo e Pai de seus patrícios", um perfil que corresponde à fase áurea de seu reinado, entre 1850 e 1860 (Guimarães, 2009, p. 73).

79 Idem.

80 Dentre os adjetivos, constam: "indomável na sua indole"; "naturalmente rebelde"; "capaz de baixezas"; "grosseiro pela educação"; "susceptível do mais bastardo egoísmo"; "impetuoso, arrogante, violento, e extremamente autoritário".

81 BN/RJ. *O Paiz*, 06 de dezembro de 1891.

82 Idem.

83 Sobre a atuação do IHGB no Segundo Reinado, ver Guimarães (1995).

84 "Relatório do Secretário relativo ao exercício de 1856" *apud* Guimarães (2009, p. 73).



Os necrológios e artigos evidenciam a continuidade desta produção, especialmente no que se refere às características de D. Pedro. Para tanto servira a experiência do exílio, com suas dificuldades, superadas com dignidade. As matérias da *Gazeta de Notícias* e de *O Paiz*⁸⁵ destacam o desgaste sofrido pelo monarca nos decênios finais de reinado, marcado por sucessivas crises políticas que teriam afetado sua credibilidade como estadista. Até no *Jornal do Brasil*⁸⁶, que exaltou sua importância como figura de destaque no século XIX, D. Pedro aparece como mero espectador do movimento em prol da abolição da escravidão.

Os textos apresentam algumas variações em torno da Monarquia, na construção da imagem de certos momentos históricos, como quanto ao Período Regencial, retratado ora como período de “anarquia” e “caos”, ora como um período admirável, segundo Bocaiúva. Observa-se ainda, a caracterização da Monarquia como época de paz, união e, principalmente, de liberdade de expressão, características recorrentes na narrativa do IHGB, utilizadas também como meio de crítica à jovem República, marcada por conflitos em seus primórdios.

Palavras finais

Do exílio à morte do imperador, as manifestações de pesar e os escritos sobre o “Grande Morto” estão vinculados ao caráter político das cerimônias fúnebres. Desta forma, nesse momento, a memória “cerzida”⁸⁷ o engloba não apenas as construções dos necrológios, como os rituais fúnebres, nos quais a imagem de D. Pedro é representada por símbolos de poder da realeza, como a coroa, o cetro e a bandeira imperial. Portanto, trata-se de uma imagem distinta da presente em necrológios, por conter uma simbologia associada ao seu corpo político.

Tal dado consiste em indício da alta popularidade de D. Pedro II nas camadas populares, apontada pela historiografia⁸⁸, e por cronistas de época. Os textos de João do Rio se destacam. Em seu clássico *A alma encantadora das ruas*, o autor ressaltava a presença constante da coroa imperial tatuada nos corpos de presos, junto às sereias, lagartos e corações. Segundo o cronista, “com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas”.⁸⁹ José Murilo de Carvalho (1987, p. 31) revela um profundo abismo entre as camadas populares e o novo regime, no qual as reações à morte do imperador e as ações de repressão das autoridades constituem um sintoma. Porém, deve-se levar em conta que essa repressão advinha do radicalismo político, expresso tanto na imprensa quanto na prática, com ações de grupos republicanos, como o Apostolado Positivista do Brasil e o Clube Tiradentes, contra as manifestações de pesar tidas como monarquistas.

Afinal, estava em jogo a estruturação e legitimação da República brasileira, que incluiria uma miríade de batalhas memoriais, sendo uma das mais importantes a que decidiria o lugar

85 BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 06 de dezembro de 1891; BN/RJ. *O Paiz*, 06 de dezembro de 1891.

86 BN/RJ. *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1891.

87 O termo é utilizado por Fernando Catroga (2001, p. 27) para indicar como a memória pode ser combinada ou cerzida, em uma escala de sociabilidade mais extensa, como classes, grupos sociais e nação.

88 Dentre os inúmeros trabalhos que abordam essa problemática, cabe destacar os de José Murilo de Carvalho (1987 e 1990), Eduardo Silva (1997) e Lilia Moritz Schwarcz (1998).

89 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/PauloBarreto/almaencantadoradasruas.htm>>. Acesso em: 08/06/2016.



do último imperador, na história e memória nacionais. As palavras de Quintino Bocaiúva, no jornal *O Paiz*,⁹⁰ veiculam uma das imagens que seria propalada ao longo dos anos: o homem D. Pedro de Alcântara, dono das mais altas virtudes, merecia todo o prestígio, e era esse personagem, longe das coroas e dos cetros presentes nas cerimônias fúnebres, que merecia ser recordado. Assim como a decoração fúnebre em muitas igrejas fazia referência direta às leis abolicionistas, associando-as ao imperador, a narrativa do *Jornal do Brasil* concedia a ele um papel secundário na abolição.⁹¹

Enfim, há ainda o fato de que as relações entre Monarquia e República passavam pela experiência extremamente negativa, associada à força e à violência do passado recente, relativo à mudança do regime político e aos seus primeiros anos. Afinal, conforme citamos anteriormente, a construção de narrativas sobre o 7 de abril de 1831, ou sobre o Segundo Reinado seria mais fácil, em comparação com a menção ao 15 de novembro e os acontecimentos posteriores, como é possível observar nas narrativas do *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*.⁹² No entanto, as memórias em torno da infância republicana retornariam outras vezes nas décadas seguintes, em discursos de senadores e deputados, que participariam de novos debates em torno da revogação do banimento e, também, do traslado dos despojos de D. Pedro II. Enfim, passada a primeira década republicana e os primeiros governos civis de Prudente de Morais (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902), reiniciam-se as batalhas memoriais no Congresso brasileiro, quando os temas banimento e imperador voltam à baila, porém, em contexto político distinto do de 1891.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998. 410p.

BEN-AMOS, Avner. *Funerals, politics and memory in modern France, 1789-1996*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000. 425p.

BESOUCHET, Lidia. *Exílio e morte do imperador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975. 465p.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008. 287p.

CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: J. Olímpio; Brasília: INL, 1975. 5v. 371p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196p.

90 BN/RJ. *O Paiz*, 06 de dezembro de 1891.

91 BN/RJ. *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1891.

92 BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 06 de dezembro de 1891; BN/RJ. *Gazeta de Notícias*, 06 de dezembro de 1891.



- _____. *A formação das almas. 7a reimpressão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.
- _____. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 276p.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. 72 p.
- DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luisa (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao panteão: D. Pedro II sob o(s) olhar(es) republicano(s)*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012. 347p.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.47-88. (O Brasil republicano; v.1).
- FUREIX, Emmanuel. *La France des larmes: Deuils politiques à l'âge romantique (1814-1840)*. Paris: Editions Champ Vallon, 2009. 507p.
- GOMES, Angela de Castro. Rascunho de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. *Remates de Males*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos de Linguagem. Campinas/SP, n. 24, p. 9-31, 1980.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-61, 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 01/06/2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 156 (388): 459-609, jul./set. 1995.
- _____. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a, p. 69-82.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *Repensando os oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009b, p. 267-292.
- HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=312>> Acesso em: 20/10/2008.

HERTZ, Robert. Contribution à une étude sur la représentation collective de la mort. In: *Sociologie religieuse et folklore*. Paris, 1970 [1928], p.1-83.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume II: 1931-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 385-424.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da república*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. 276p.

KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. 552p.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II, 1825-1891*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, v.3. Declínio: 1880-1889. 251p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003. 541p.

LUKES, Steven. Political ritual and social integration. *Sociology*. Oxford, (9), p. 289-308, 1975.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144, 2001.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edufpr), 2007. 244p.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*. Volume 1. Da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 560p.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997, p. XVII-XLII.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120. (O Brasil republicano; v.1).

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/PauloBarreto/almaencantadoradasruas.htm>>. Acesso em: 08/06/2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 623p.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a república: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-81, 1994, p.12. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: 30/05/2005.

SILVA, Eduardo. *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 262p.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem* (Apresentação de Roberto DaMatta). Petrópolis, Vozes: 1978[1909]. 181p.

Recebido em: 24 de maio de 2016

Aprovado em: 10 de junho de 2016

